



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR

Nota Técnica – 01/2008/CTPOAR/CNRH/MMA

Em 02 de setembro de 2008.

Assunto: *proposta de resolução que dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos e dá outras providências, resultante da revisão da Resolução CNRH nº 12, de 19 de julho de 2000, que estabelece procedimentos para enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes.*

Trata-se do Processo nº 02000.003633/2006-07, referente à revisão da Resolução CNRH nº 12, de 19 de julho de 2000, que estabelece procedimentos para enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes, que resultou na elaboração de proposta de resolução que dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.

Justificativas

A apreciação do tema aconteceu a partir da iniciativa da Agência Nacional de Águas, que encaminhou Ofício, sugerindo a revisão da Resolução CNRH nº 12, de 2000, justificada pelas necessidades:

- de implementação do subprograma III.6 do Plano Nacional de Recursos Hídricos, onde observa-se a necessidade de adequação dos procedimentos relativos ao enquadramento, bem como dos instrumentos normativos;
- de adequação do texto da Resolução em questão, que estabeleceu diretrizes complementares para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, considerando a publicação da Resolução CONAMA nº 357, de 2005, que parcialmente complementa a matéria, uma vez que estabelece as classes de qualidade da água, de acordo com os usos preponderantes do curso de água;
- de enquadramento e suas revisões, diante do reflexo deste instrumento junto aos atos administrativos de órgãos gestores de recursos hídricos e meio ambiente;
- de ratificar que o enquadramento é um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, previsto na Lei nº 9.433, de 1997, cabendo ao CNRH discipliná-lo; e
- de subsidiar as ações de gestão de recursos hídricos; e
- de aperfeiçoar os procedimentos nela estabelecidos para sua melhor aplicação, diante da dificuldade diagnosticada para sua efetivação, a partir das experiências obtidas nos últimos relatos dos órgãos gestores no Sistema Nacional de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR

Gerenciamento de Recursos Hídricos e a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Descrição das atividades

Diante das justificativas, apontada na correspondência da ANA, bem como do pleito apresentados pelos Estados na CTPOAR, a Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, em setembro de 2006 (51ª Reunião da CTPOAR), encaminhou pela criação de um GT para tratar da revisão da Resolução CNRH nº 12, de 2000 que iniciou seus trabalhos em outubro do mesmo ano.

Como metodologia de trabalho, adotou-se para iniciar os trabalhos a proposta disponibilizada pela ANA, bem como a promoção de apresentações das visões e experiências dos diversos órgãos gestores do país e de trabalhos acadêmicos desenvolvidos por estudiosos do tema, no âmbito das reuniões da CTPOAR.

Assim, de outubro/2006 à maio/2007 foram realizadas as seguintes apresentações, com intuito de auxiliar na realização da revisão, a partir das experiências estaduais:

- Os procedimentos adotados para o enquadramento dos corpos de água na bacia do rio Paracatu, em Minas Gerais, no período de 2005 a 2006 - Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, Luiza de Marillac.
- Resultados das discussões e apresentações ocorridas no Seminário sobre Enquadramento dos Corpos de Água da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Jaildo Pereira.
- As experiências de enquadramento no Estado do Rio Grande do Sul. Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul – FEPAM, Maria Salete Cobalchini.
- As experiências referentes ao enquadramento em São Paulo - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo, Eduardo Mazzolenis e Jorge Rocco.

Neste mesmo período foram realizadas quatro reuniões do grupo de trabalho, que se dedicou ao aprimoramento do texto da proposta de revisão, a partir de uma análise comparativa entre o texto da Resolução CNRH nº 12, de 2000 e da proposição da ANA, que suscitou discussões quanto às atribuições das entidades do SINGREH participantes do processo de execução e aprovação do enquadramento, exemplificada pela existência ou não de Agências e Comitês de Bacias; quanto às entidades responsáveis pelos estudos de enquadramento; e quanto aos procedimentos transitórios a serem seguidos



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR

para aplicação dos instrumentos de gestão enquanto não houver enquadramento nos corpos de água.

O grupo de trabalho ainda se reuniu mais cinco vezes, de junho de 2007 a fevereiro de 2008, sendo que as análises concentraram-se na definição das etapas do processo de enquadramento: diagnóstico, prognóstico; no estabelecimento das metas; no programa de efetivação; nos estudos necessários a serem realizados durante cada etapa do enquadramento, principalmente os estudos relacionados à definição de alternativas de enquadramento e o seu programa de efetivação; na participação da comunidade da bacia no processo de enquadramento; na conformidade dessas informações com os planos de recursos hídricos; na necessidade de articulação entre Estados e União; nos procedimentos de acompanhamento da execução das metas por parte dos órgãos gestores de recursos hídricos e comitês de bacia; nos procedimentos para revisão das metas de enquadramento, bem como os transitórios a serem adotados para aplicação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos no caso de corpos de água não enquadrado.

Quanto às participações nas reuniões do GT, ressalta-se o número médio 18 participantes por evento e a representação de autoridades outorgantes ou de órgãos ambientais dos seguintes Estados, além do Distrito Federal: BA, ES, MG, MT, PE, RJ, RN, RS, SE, SP, TO, PR. Além disso, participaram representantes de comitês de bacia, de usuários de recursos hídricos de diversos setores, de organizações civis e de Ministérios afetos ao tema.

Concluída a proposta de resolução pelo grupo de trabalho, esta foi encaminhada para análise pela CTPOAR em sua 63ª Reunião, ocorrida em 23 e 24 de abril, ocasião em que foi analisado todo o texto, contudo não alcançando a conclusão da análise devido às dúvidas ponderadas pela representante do setor elétrico quanto a aplicabilidade da norma em todo o país e todos os tipos de usuários, bem como a maior participação da população, conforme colocado pelo representante das ONGs. Assim foi acordado um período para que fossem encaminhadas sugestões para o aprimoramento do texto.

Na 64ª Reunião da CTPOAR, realizada nos dias 12 e 13 de junho foram apreciadas as propostas encaminhadas pela representante do MME e das ONGs, sendo acatada a maioria das sugestões apontadas pelo MME, contudo a proposta da ONG não foi aceita quanto a exclusão do art. 15 da atual versão, devido ao posicionamento das autoridades outorgantes quanto a necessidade de determinação de uma classe, quando os corpos de água não estiverem enquadrados, para que não houvesse impossibilidade de análise e emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos.

Nesta ocasião a CTAS se manifestou quanto à oportunidade que a revisão da Resolução CNRH nº 12, de 200, traria também para o enquadramento das águas subterrâneas e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR

que, para tanto, a CTAS estaria se esforçando para a apresentação de sugestões, o que foi acatado por todos os membros da CTPOAR, considerando que tal minuta de resolução já possuía procedimentos utilizados para o enquadramento de águas subterrâneas, necessitando de poucos ajustes.

Assim, a CTPOAR em sua 65ª Reunião, ocorrida nos dias 05 e 06 de agosto do ano corrente, juntamente com a CTAS analisaram a proposta, com o intuito de complementá-la para a normatização do enquadramento das águas subterrâneas e superficiais, conforme anexo 1, que refere a proposta de resolução que “dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos e dá outras providências”.

Texto da proposta de resolução

Quanto ao texto sugerido destaca-se o avanço obtido quando da comparação do texto da Resolução CNRH nº 12, de 2000, diante da facilidade na compreensão do processo de implementação desse instrumento, na busca de sua efetivação, visualizada pela possibilidade de definição de metas progressivas e intermediárias até o alcance da meta final a serem pactuadas por todos os agentes existentes na bacia hidrográfica, a partir de uma visão integrada das águas subterrâneas e superficiais, não estando limitada a existência de Agência de Águas, em todas as Bacias Hidrográficas, que não representa a condição real do país.

A referida proposta de resolução contém 17 artigos que dispões sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos que se dará por meio do estabelecimento de classes de qualidade, conforme disposto nas Resoluções do CONAMA.

Seus considerandos trazem justificativas para sua revisão, e elenca os marcos regulatórios que disciplinam a matéria. O seu art. 1º apresenta o objetivo da proposta de resolução.

O art. 2º dá algumas diretrizes gerais, citando como exemplo a possibilidade de determinação de classes diferenciadas por trecho de corpo de água.

O art. 3º dispõe sobre os órgãos competentes pela elaboração das propostas alternativas de enquadramento para os comitês que são os responsáveis pela aprovação, sendo ratificada pela deliberação do Conselho de Recurso Hídrico competente e também prevê a distribuição de competência quando da inexistência de alguma entidade.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR

No art. 4º são apresentadas as etapas que deverão ser seguidas para a realização do enquadramento, conforme Resolução CNRH nº 12, de 2000, que são sistematizadas nos artigos 5º (diagnóstico), 6º (prognóstico), 7º (as proposta de metas relativas às alternativas de enquadramento e o 8º (programa para efetivação). Nesse artigo também está apresentada a ampla participação da comunidade e a conformidade que a proposta de enquadramento deve ter com o Planos de Recursos Hídricos da bacia, preferencialmente devendo ser desenvolvida com estes, o que reforça a característica de planejamento desse instrumento. Em todos esses artigos observa-se a complementariedade existente entre as etapas.

O art. 9º é relevante para indicar a possibilidade de serem apresentados limites técnicos individuais, sendo que a emissão das outorgas deverá avaliar e definir limites individuais que estejam de acordo com os limites para o curso de água, podendo ser emitidos atos por prazos mais longos. .

Os artigos 10 e 12 ratificam a necessidade de articulação entre os órgãos de recursos hídricos e meio ambiente, conforme preconiza a Lei nº 9.433, de 1997, bem como para monitorar os corpos de água e controlar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das metas do enquadramento. E o art. 11 também ratifica a articulação da União, dos Estados e do Distrito Federal para que o enquadramento dos corpos de água de suas dominialidades, em uma mesma bacia hidrográfica, sejam compatíveis entre si.

O art. 13 determina uma das formas de monitoramento e controle sobre o enquadramento, cujas informações o comitê de bacia hidrográfica e o Conselho de Recursos Hídricos terão acesso, sendo um relatório técnico, cuja periodicidade será de dois anos, onde deverão ser identificados os corpos de água que não atingiram as metas estabelecidas e as respectivas causas pelas quais não foram alcançadas. Tal periodicidade segue a sugerida pela resolução CNRH nº 12, de 2000.

Em seu art. 14 está apresentada a necessidade de revisão do enquadramento realizada com base em legislação anterior, com ênfase na necessidade de aprovação do comitê de bacia hidrográfica e da deliberação do respectivo conselho de recursos hídricos, o que possibilita a atualização do enquadramento a partir dos novos procedimentos, consolidando a participação dos colegiados do SINGREH junto a este instrumento.

O art. 15 refere-se à relação existente entre o enquadramento e os demais instrumentos da gestão de recursos hídricos e de meio ambiente e que para corpos de água não enquadrados adotar-se-á os padrões de qualidade da classe correspondente aos usos preponderantes mais restritivos, que de forma transitória, deverão ser estabelecidos pela autoridade outorgante e o órgão de meio ambiente. Contudo, até que sejam elaborados os procedimentos poderá ser adotada a classe 2 para as águas doces superficiais.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

**Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações
Reguladoras - CTPOAR**

E os artigos 16 e 17 finalizam a proposta de resolução definindo a data de entrada em vigor da Resolução e revogando a Resolução CNRH nº 12, de 2000.

Encaminhamento

Feitos esses esclarecimentos, encaminha-se a proposta à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais para análise pertinente às suas competências e procedimentos subsequentes com vista ao encaminhamento para aprovação pela Plenária do CNRH.

LEONARDO MITRE ALVIM DE CASTRO
Coordenador do GT

LEILA CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR